

A MANUTENÇÃO DO AUTORITARISMO E OS VÍNCULOS COM O PASSADO.

Em sua obra “Quando os novos personagens entraram em cena”, Eder Sader aponta para as transformações ocorridas entre 1980 e 1990, em cuja década foram construídas, por novos protagonistas, as transposições de um Estado autoritário para o Estado de Direito no Brasil. Como o curso das mudanças não obedece a critérios pré-estabelecidos, é necessário observar que esses deslocamentos não foram privilégios ou acontecimentos ocorridos apenas no nosso país, pois a História mundial transitava por múltiplas alternativas que influenciariam no desmonte do autoritarismo em diversas nações, dentre elas a poderosa e “temida” União Soviética.

Vecentine utilizou o termo Teia para explicar o entrelaçamento do fato histórico com outros que lhe deram origem e essas conexões contribuem na compreensão da vinculação existente entre os incidentes na década de 1980 no âmbito internacional e as transformações políticas ocorridas no Brasil no mesmo período. Elas podem ser vistas como tentáculos cuja influência se nota em lugares remotos, sobretudo em tempos nos quais a celeridade proporcionada pela rede mundial de computadores credita mudanças noutros locais distantes em tempo real. Não se trata aqui de acusar o balançar das asas de uma borboleta como responsável por furacões em outras partes do mundo, todavia não se podem desprezar possíveis efeitos proporcionados por essa teia. Enquanto na Rússia os aluguers congelados por mais de setenta anos explodiram repentinamente, no Brasil alguns planos econômicos buscavam controlar a inflação de forma heterodoxa congelando aqui preços que eram descongelados na Rússia.

Por conseguinte, pode haver alguma conexão entre esses acontecimentos? É possível que sim, ainda que seja em pequeno grau de influência. Entretanto, é necessário levar em conta que ela não ocorre de forma direta: em cada país os efeitos de episódios remotos são reajustados em consonância com a realidade política e social de cada um deles, respeitando as condições locais, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou sociais. O que se depreende dessas inflexões é que a população de tempos em tempos promove a reformulação de suas concepções, bem como de suas práticas, removendo antigos paradigmas e criando outros para substituí-los. Isso significa que o desenvolvimento da humanidade em qualquer área do conhecimento humano repousa na

dinâmica social e na imensurável capacidade de renovação que cada aglomerado humano constrói à luz de suas necessidades. Nessa direção, não há como focar acontecimentos de qualquer natureza sem que se problematizem as mudanças, fundando-as na via de mão dupla representada pelo processo de dominação e resistência, tendo como ponto de partida as múltiplas formas de expressão humana.

A urgência dos acontecimentos deflagrados na década de 1980 funcionou como ponto de partida para a intensificação de novas formas de conceber os fatos históricos, e essa nova forma, cuja preocupação é dar visibilidade aos agentes, certamente contou com a contribuição de estudos que estavam em fase de desenvolvimento por historiadores de várias partes do mundo. Nessa conjugação de esforços, notou-se, ainda, como centro das preocupações, a disposição desses profissionais contemporâneos em desafiar e questionar a maneira tradicional de se escrever e interpretar os fatos históricos. Levando-se em conta que a História esteve isolada pela redoma do poder ao longo do tempo e em nome desse poder instituído transformou-se em veículo de propagação dos interesses de uma elite excludente, preconceituosa e centralizadora, foi necessário um esforço concentrado dos historiadores no sentido de romper com essa forma engessada de se pensar a história e, fora dessa clausura, dar um novo norte à historiografia.

Com efeito, se de um lado os pensadores articularam alternativas mais viáveis na seara das pesquisas colocando no centro da preocupação os protagonistas da história que em outros tempos sequer ganharam visibilidade, de outro, a elite excludente também evoluiu na perspectiva de manter o *status quo* promovendo reorientações de percursos tais como: do uso de uma redoma isoladora as práticas evoluíram convertendo-se em armadilhas espalhadas por um campo ardiloso e as disputas empreendidas nesse campo é que determinariam os caminhos a serem trilhados com base no que restou de memória em vários acontecimentos pontuais.

Fazer esse movimento retrospectivo é necessário não somente para revisitar o passado e perquirir dele o que sobrou da memória, mas também com objetivo de dar início a novas proposituras. Durante décadas os documentos e os discursos oficiais funcionaram como fontes indevassáveis e incontestáveis da História principalmente para formar uma memória cristalizada e imutável dos fatos já consagrados. Hoje, com a incorporação de novos conhecimentos, a memória acabou se transformando no foco das

disputas, dir-se-ia, um campo minado, tanto para quem a produz, como para quem lança mão dela com a finalidade de legitimar aspectos variados de discursos. Esta dinâmica induz pensar a micro história como um ambiente apropriado à interpretação e reinterpretação de fatos que ficaram na memória do conjunto social¹ e esta sutileza de revisitá-lo inserindo-o em novas formas de perceber a realidade suscita também a utilização de modelos diversificados de compreensão do cotidiano citadino. Portanto, conservadorismo e formas progressistas de pensamento continuam presentes nas disputas e nas diversas leituras dos fatos preliminarmente consolidados.

Como então construir o autoritarismo vinculando-o ao passado se em meados da década de 1980 a preocupação principal era o esvaziamento do regime autoritário? O título do capítulo sugere um paradoxo, no entanto é preciso lembrar que a nova Constituição entrou em vigor no dia 3 de outubro de 1988 trazendo em seu texto o alento de um tempo sem amarras, peias e mordaças. Mesmo assim, em alguns pontos específicos, os saudosistas do autoritarismo, ou pessoas cujos pensamentos forjados nos tempos da ditadura, transferiram para as atividades produtivas as práticas autoritárias dos tempos em que a caserna era o referencial de poder. Nesse sentido, é necessário volver ao passado para compreender como se formou essa ideia de autoritarismo nas atividades produtivas ao identificar Ipatinga e empresa em construção como espaços de propagação dessa modalidade administrativa.

A decisão de se construir uma poderosa empresa do ramo siderúrgico através do consórcio nipo-brasileiro em 1956 transformou a região do Vale do Aço, com maior evidência para o Arraial de Ipatinga, em um espaço de grande produção social, no qual a fartura do capitalismo industrial contrastava com as péssimas condições de vida dos habitantes da região. A emancipação do município ocorrida em 29 de abril de 1964 delimitou o espaço geográfico da cidade composto por “magros” 155,5km², que não obstante ser considerado um espaço pequeno para um município, a cidade de Ipatinga

¹ Está em curso a formação de um partido político ancorado nos interesses dos militares, cujo discurso comparativo com os tempos atuais, foca a questão da corrupção como se ela fosse uma invenção dos tempos de redemocratização no Brasil a partir de 1985. O argumento tenta cristalizar a ideia de que os militares foram vítimas dos militantes da resistência, por eles identificados como meros terroristas. As disputas presentes nesse campo conflituoso tendem fazer uma inversão colocando a resistência como alvo e os militares como vítimas de uma possível contaminação comunista na sociedade brasileira. É comum encontrar entre adolescentes, alguns se referindo aos tempos do autoritarismo com a seguinte frase: dizem que naquele tempo era bem melhor que hoje, pois não havia violência nem corrupção. É a esse tipo de disputas que me refiro como forma prospectiva. É uma revisitação ao passado muniçando essa memória dos elementos capazes de mudar o futuro, mesmo que não façamos parte dele.

dava sua arrancada definitiva para a industrialização com a implantação das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais. Ressalta-se, nesse contexto, que acontecimentos como o conflito social de sete de outubro de 1963, presente na memória da população como “O Massacre de Ipatinga” e o regime de exceção instalado em 1964, deram o tom das disputas que seriam travadas nas décadas seguintes. Além disso, o radicalismo da mudança implantando o capitalismo industrial em uma área onde o tempo biológico ditou por décadas as práticas sociais contribuiu fortemente para a transformação do modo de vida dos ocupantes da região desde o conflito com os botocudos, nos tempos imperiais².

A transformação de um arraial em uma cidade, além de estar envolvida por uma aura de progresso e otimismo, foi também dolorosa em virtude da população ficar delimitada por novas informações e necessidades de adaptação ao novo padrão de produção e consumo. O advento desse novo tempo implicou a formação de novos gargalos, além de inaugurar um período de disputas políticas pelo controle da enorme massa de tributos que a empresa colocaria à disposição do poder público municipal. Até então, Coronel Fabriciano era a maior cidade do Vale do Aço, portanto, herdou do município de Antônio Dias, em 1954, a tutela jurisdicional do Arraial de Ipatinga. O processo de emancipação política do arraial em 1964 foi transformado em uma árdua disputa cujos interesses tinham como pano de fundo os impostos decorrentes da instalação da Siderúrgica no local. De um lado os motivos, mais além as justificativas. Como a justificativa floreia e camufla os reais interesses em jogo, ganha visibilidade em detrimento dos motivos que subjazem às reais intenções de forças em altercação no plano visível das disputas. Desta forma, a emancipação acabou acontecendo por força das circunstâncias. Nem os favoráveis ao processo lograram êxito e colheram os frutos esperados, nem os contrários, que acabaram amargando uma emancipação verticalizada patrocinada pelas articulações do Deputado Geraldo Quintão e do grupo de amigos de

²A Revista Vale do Aço 2000 Um século de história relata que “A Carta Régia de 13 de maio de 1808, enviada pelo príncipe Dom João VI ao Governador e Capitão General de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, estabelecia a importância estratégica do Leste de minas para a Coroa Portuguesa, no contexto do reordenamento da política imperial às mudanças que ocorreriam nas Metrópoles colonialistas”. A Carta Régia era clara ao declarar a “guerra justa” aos desalmados. “(...) Em terceiro lugar ordeno que façais distribuir em seis distritos, ou partes, todo o terreno infestado pelos índios Botocudos, nomeando seis comandantes desses terrenos, a quem ficará encarregada pela maneira que lhes parecer mais profícua, a guerra ofensiva que convém fazer aos Índios Botocudos. (...) Foi sob essa barbárie que a região do Rio Doce começou a ser ocupada. Imigrantes recém chegados e soldados recrutados sem nenhum critério destruíam as tribos indígenas e devastavam as florestas para se apossar das terras”. **Vale do Aço 2000. Um século de história.** Posteriormente, após 1920, essa ocupação se tornou mais efetiva com a instalação da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce

Ipatinga. O primeiro Prefeito de Ipatinga foi indicado pelo então Governador Magalhães Pinto. Essa primazia coube ao senhor Délia Baeta (1964-1965) que organizou a vida burocrática do município. A Usiminas que fora inaugurada dois anos antes deu sua grande contribuição nesses tempos de organização do poder público municipal.

Ao Fazer uma análise retrospectiva dos acontecimentos envolvendo a implantação da indústria e a readaptação da cidade aos novos tempos, fica claro que os espaços reservados a ambas as iniciativas foram delimitados por aspectos geográficos. A fotografia de número 1 dá uma visão clara dessas delimitações, lembrando que o Rio Piracicaba teve seu curso alterado para aproveitamento do território na construção da empresa. Outro dado interessante que a fotografia evidencia é o descaso com as questões ambientais que ainda não faziam parte da preocupação humana no período abordado. O material depositado na curva do rio é a borra do gusa, recém-saído da Aciaria³. Esse material chegava para ser depositado na beira do rio em cadiinhos previamente montados em veículos ferroviários e entornavam todo o material nas águas do Rio Piracicaba.



FOTO Nº 1 - Disponível em <http://nossaipatinga.blogspot.com.br/2010/12/ipatingamg-construcao-de-uma-cidade.html>,
acesso em 14/01/2013 às 21:25.

³ Na Aciaria ocorre a descarbonização do gusa. Trata-se de uma injeção de oxigênio introduzida no interior do recipiente onde o gusa está depositado em estado líquido, portanto em altíssima temperatura. Essa injeção promove a combinação do C (Carbono) com o O (Oxigênio), baixando o teor de carbono do gusa, transformando-o em aço. O substrato desse processo é lançando na atmosfera associando o Co² a uma quantidade enorme de outros tipos de metais e o mesmo é conhecido como Processo Bessemer em homenagem ao seu idealizador, Henry Bessemer. .

Do lado esquerdo percebe-se a BR-381 que atravessa a cidade; à direita da rodovia, localiza-se a EFVM (Estrada de Ferro Vitória Minas)⁴ e do lado direito desta está o Rio Piracicaba que deságua no Rio Doce, ainda no município de Ipatinga. Entre a EFVM e o Rio Piracicaba foi construído o canteiro de obras da Usiminas, bem como os bairros operários, exceto o Bairro Horto e a Vila Ipanema, que eram igualmente reconhecidos como vilas operárias, porém construídos à esquerda da Ferrovia. No primeiro plano da foto aparece o Bairro Horto, moradia dos primeiros técnicos que chegaram para construir a Usiminas; já os demais, existentes antes da construção da siderúrgica, estavam localizados à esquerda da ferrovia, inclusive o centro da cidade, que do ponto de vista da logística implantada pela empresa, parecia não ter grande significado. Esta observação abre uma fresta para perceber a existência de um complexo fator de exclusão social em curso no vento das mudanças.

Embora os moradores dos bairros operários frequentassem o centro comercial da cidade, o que se percebe é a habilidade da empresa em municiar a população de uma série de recursos, dotando-a da infraestrutura necessária à sobrevivência, de forma não prescindir do comércio que se desenvolvia do lado esquerdo da EFVM. A ideia que se tem é que a Diretoria da Usiminas cuidou de isolar as vilas operárias, dos bairros

⁴Incorporada à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na década de 40, a Vitória a Minas foi construída pelos ingleses e inaugurada em 18 de maio de 1904. É hoje uma das mais modernas e produtivas ferrovias brasileiras, transportando 37% de toda a carga ferroviária do país. Localizada na região Sudeste, a EFVM faz conexão com outras ferrovias integrando os estados de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal, além de ter acesso privilegiado aos principais portos do Espírito Santo, entre eles os de Tubarão e Praia Mole. A EFVM conta com 905 quilômetros de extensão de linha, sendo 594 quilômetros em linha dupla, correspondendo a 3,1% da malha ferroviária brasileira. Dispõe de 15.376 vagões e 207 locomotivas* e transporta, atualmente, cerca de 110 milhões de toneladas por ano, das quais 80% são minério de ferro e 20% correspondem a mais de 60 diferentes tipos de produtos, tais como aço, carvão, calcário, granito, contêineres, ferro-gusa, produtos agrícolas, madeira, celulose, veículos e cargas diversas. A ferrovia tem cerca de 300 clientes. O CTC (Controle de Tráfego Centralizado), localizado em Tubarão (ES), controla todas as operações da ferrovia. Seu painel contém a representação esquemática da linha férrea, por meio da qual os operadores localizam os trens e decidem quais rotas devem seguir. O maquinista está em comunicação direta e permanente com o CTC. E por meio de rádio, fala com estações, terminais e oficinas, quando necessário. Com o escritório-sede localizado em Tubarão, a Estrada de Ferro Vitória a Minas, como prestadora de serviços e parceira do seu cliente, está apta a planejar, organizar e gerenciar as estratégias complexas que compõem um sistema intermodal, através de sua área comercial. Os clientes da EFVM acompanham toda a operação de transporte de suas cargas diretamente em seus computadores, interligando-os à ferrovia através do Sistema de Informações a Clientes (SIC). E podem ainda ter implantados projetos de EDI (Trocá Eletrônica de Dados). Diariamente, um trem de passageiros circula em cada sentido entre Vitória e Belo Horizonte/Itabira, transportando anualmente cerca de 1 milhão de pessoas. Por meio da Estrada de Ferro Vitória a Minas e dos portos do Espírito Santo, a Companhia Vale do Rio Doce permite o acesso dos produtos brasileiros ao mercado internacional em condições mais competitivas, reafirmando sua responsabilidade com o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

existentes à esquerda da ferrovia, cuja população crescia a olhos vistos, mesclada por pessoas que disputavam espaços e alternativas de sobrevivência, sem os modelos disciplinares sugeridos pela cultura emergente. O fortalecimento de muros ideológicos entre esses extremos, seja proposital ou casual permite entender que facilitaria manter o contingente de operários sob controle da empresa, além de justificar a criação dos modelos que contribuiriam para o bom desenvolvimento do complexo siderúrgico em fase de implantação. Há que se considerar também, que os bairros municiados da infraestrutura citada, satisfaziam às necessidades dessa população, e, por conseguinte, proporcionavam relativo conforto aos novos moradores ainda sem orientação das fontes de abastecimento.

Por outro lado, esse “tratamento preferencial” disponibilizado aos empregados da Usiminas acirrava as diferenças existentes, contrastando o modo de vida das pessoas amparadas pelo capitalismo industrial daquelas que no momento abordado passavam pela experiência de destrero dentro da própria terra, ou seja, as diferenças, aos poucos acabavam sendo transformadas em desigualdades. A fartura do capitalismo reservada à elite desta nova população com conhecimento e experiência em indústria, opunha-se fortemente à vida modesta dos remanescentes dos tempos anteriores, sem contar que os empregados da Usiminas eram vistos pelo restante da população como privilegiados, e até mesmo invejados por sua condição de estarem amparados por uma poderosa instituição estatal. As contradições do capitalismo se evidenciam nestas observações, pois ao discorrer sobre a suposta fartura, constata-se que a mesma não conseguia ocultar o baixo salário disponibilizado à maioria dos operários. Esse jogo de visibilidade às vaidades e ocultação da exploração acabou se tornando uma das molas do capitalismo industrial na região. Era como se emergissem dessas contradições uma cidade livre e pobre de um lado e outra rica e cativa do lado capitalista. Essas inferências decorrem das observações desenvolvidas sobre as consequências do gigantismo da empresa em face de um poder político fragilizado pela inexistência da autonomia política do arraial e os resultados dessas pontuações são óbvios: a criação de espaços sociais validados por fronteiras simbólicas, que a despeito de serem incentivadas pelo capital industrial implantado, acabariam sucumbindo na medida em que crescia o sentimento de cidadania que será tratado posteriormente. No momento é essencial jogar um facho de luz sobre a forma como foram construídos os bairros operários.

Em sua obra, *Cidade de muros*, Teresa Pires do Rio Caldeira chama a atenção para as diversas formas de segregação urbana, ocorridas ao longo da história da capital paulista e como essas modalidades de segregação mudam de acordo com o tempo e com as necessidades emergentes da população. Caldeira elenca três tipos de segregação: a primeira abordagem recai sobre a contradição imposta pela ostentação, as casas dos ricos se diferenciavam fortemente das casas dos pobres. A verificação detalhada de determinada construção permitia ao observador a leitura clara da condição financeira do proprietário, expressa na solidez da construção e na quantidade de vidros que ela possuía, uma vez que este vinha da Europa e era extremamente caro.

A preocupação com a necessidade de refazer o mapa cognitivo da segregação social da cidade direciona Caldeira observar a oposição centro periferia como a segunda forma de segregação constatada em São Paulo. De um lado a classe dominante se colocando na condição de gestora do espaço urbano e se instalando no centro da cidade. De outro, a população mais pobre se acomodando nos arrabaldes do aglomerado humano, mais precisamente na periferia. Afirma a autora:

A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias.⁵

O terceiro padrão de segregação identificado pela autora recebeu o nome de enclaves fortificados. Nessa modalidade, Caldeira dá visibilidade ao sistema privado de moradia, percebido em aglomerados humanos dotados de infraestrutura que lhes permitem relativa autonomia em relação ao todo. Um espaço privado onde a lei, que seria para todos, adquire contornos específicos tais como: menores dirigindo nesse espaço sem que sejam “molestados” pelo policiamento externo. Desta forma, esses espaços diuturnamente monitorados por câmeras e isolados por cercas elétricas e complexos sistemas de segurança, garantem o isolamento do espaço público aos abastados moradores.

O desafio de observar com maior acuidade o projeto encomendado pela Usiminas ao arquiteto Rafael Hardy, permitiu compreender uma quarta forma de

⁵ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34 Edusp, 2000, p. 211.

segregação: aquela emergente das pranchetas. Cidades como Volta Redonda(RJ), Ipatinga(MG) e Ouro Branco(MG) elaboraram a (des)organização do espaço urbano consonantes com as necessidades do capital industrial que mudou os padrões de existência da população local. Para Hardy *Chegamos ao urbanismo humano, ao urbanismo destinado a satisfazer às necessidades básicas do ser humano tão bem definidas pela 'Carta de Atenas', isto é, as necessidades de habitar, circular, trabalhar e recrear o corpo e o espírito*⁶. Se de um lado, a nova moldagem deu ênfase à remodelação dos padrões de produção e consumo, organizando o espaço urbano em consonância com as necessidades do capital industrial, de outro causava relativo transtorno para os moradores, desorganizando o espaço ao qual a população estava acostumada há várias décadas. Sendo assim, o que era organização para uns, provavelmente foi considerado desorganização por outros.

Retomando o trabalho de Hardy, os bairros foram projetados supostamente reproduzindo a hierarquia interna da empresa, ou seja, operários foram concentrados nos bairros mais pobres, com casas mais modestas; supervisores em bairros intermediários, técnicos e engenheiros no bairro Cariru e a direção da empresa no bairro Castelo. Enfim, esse tipo de iniciativa pode ser compreendido como o autoritarismo extrapolando os muros da empresa e sutilmente se impondo na população sem que esta tivesse oportunidade de escolha, posto que, as ofertas eram facilmente assimiladas pela população operária como uma concessão. Mesmo considerando a hipótese de concessão, alguns órgãos de comunicação conseguiram visualizar novas formas de dominação camufladas naquilo que a população entendia como tal; um desses portadores de texto, a Revista Homens em Série, produzida pela Prefeitura Municipal de Ipatinga analisa a forma de construção dos bairros operários da seguinte forma:

Dentro de cada bairro, há uma homogeneidade na arquitetura das edificações e na inserção socioeconômica funcional dos seu(sic) habitantes, ou seja, há bairros para os chefes e quadros superiores, para operadores, para mão-de-obra não especializada. O espaço urbano projetado reproduziu, na cidade, as relações funcionais e de poder no âmbito das relações de trabalho⁷.

⁶HARDY FILHO, Raphael. **Ipatinga, cidade aberta.** Revista USIMINAS, Belo Horizonte, v.1, n.2, 1970.

⁷Prefeitura Municipal de Ipatinga: **Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens.** Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, V1, 1991.

Essa nova visão não era unânime, contudo se contrapôs ao discurso de grande mantenedora, que ao longo do tempo, foi incorporado às falas dos operários em virtude de suas necessidades. Outro fato que deve ser considerado, é que a Revista Homens em Série, só foi produzida por iniciativa dos operários excluídos das disputas sindicais e que obtiveram êxito na disputa pelo poder político da cidade já consolidada e incorporada pelo capitalismo industrial. Sendo assim, tanto a visão de mantenedora hipoteticamente produzida pela empresa e legitimada pelos operários dependentes de sua infraestrutura, quanto à opinião da Revista Homens em Série, podem ser consideradas como instrumentos impregnados por fortíssima carga ideológica.

Ao analisar tais reflexões, infere-se não haver como negar que a criação dos bairros operários atendeu às necessidades emergentes da massa operária, bem como *as necessidades de habitar, circular, trabalhar e recrear o corpo e o espírito, preconizadas pela Carta de Atenas*. Porém, na mesma proporção, evidenciou-se a estrutura hierarquizada dos conjuntos habitacionais e a cristalização dessa modalidade na memória da população, constatada nas inúmeras entrevistas realizadas ao longo da pesquisa. A sutileza da proposição parecia tão planejada e cuidadosamente elaborada que nos bairros ocupados pelos operários os terrenos não estavam murados. O alicerce dos muros que delimitaria o espaço destinado às famílias, foi colocado de forma a impor a metragem que caberia a cada uma, sem impedir o trânsito pelos terrenos. A revisitação do passado na perspectiva de compreender as estratégias adotadas abre uma fresta para outro tipo de interpretação: se as famílias vindas de diversas partes do Brasil ficassem isoladas sem fortalecimento de laços sociais acabaria por se tornar um grande arquipélago com milhares de ilhas desconectadas umas das outras e essa “fragilidade dos laços humanos” constatada na sociedade capitalista por BAUMAN, Zygmunt colocaria por terra a base do projeto em fase de implantação. Abrir a possibilidade de fortalecimentos de laços sociais deixaria as famílias mais felizes e de certa forma dependentes umas das outras e esse entrelaçamento contribuiria para que ninguém se sentisse desterrado.

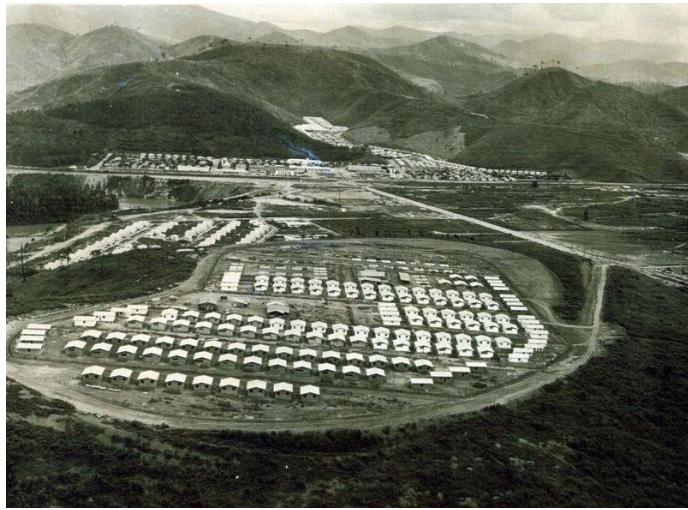


Foto nº 2- Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=585491>

A fotografia de número 2 exemplifica a questão dos bairros operários sem os limites de separação das casas. No caso em tela, trata-se do Bairro Bom Retiro ocupado por uma classe intermediária na hierarquia da Usiminas. A impressão que se tem é que a construção dos bairros sem a colocação dos muros que evidenciariam os limites de uma propriedade para outra, pode não ter sido meramente uma questão econômica, já que nos bairros destinados aos cargos de maior importância, as casas foram entregues totalmente acabadas. Esse é apenas mais um dado na composição de uma nova realidade que deve ser analisada de diversas perspectivas, sendo que cada uma delas permite uma visão diferenciada sobre esse modo de se construir um bairro operário. O que se pode perceber é que o processo disciplinar imposto à classe operária, embora seja fora do ambiente fabril, compõe a estratégia da administração industrial e esse tipo de iniciativa não é privilégio de um tempo específico, pelo contrário, vem sendo construída ao longo do tempo em um complexo jogo de dominação e subordinação. Em sua obra *Mundos do Trabalho*, Hobsbawm chama a atenção para a formação da cultura da futura classe operária e nessa análise o autor trabalha o conceito de estratificação da classe operária. Afirma Hobsbawm:

[...] surgiu a estratificação característica da classe operária. Foi o produto conjunto de uma **forma arcaica de industrialização** e do sistema de valores de uma confiante burguesia liberal, **que se tornaram dominantes à medida que as contra ideologias perdiam seu impacto entre as classes trabalhadoras com o declínio dos movimentos de massa anteriores a 1848**, bem como a expansão econômica. No alto da hierarquia da classe operária havia uma “aristocracia operária”

autorreconhecida e reconhecida pelos outros como uma camada superior e até certo ponto separada dos restantes. Seus membros consideravam-se diferentes dos outros “operários” por sua especialidade [...] e consequentemente por sua habilidade⁸. **Grifos meus.**

Uma comparação entre tempos históricos, quando feita com certo critério, contribui na compreensão de que a estratificação não foi criada na terceira etapa da Revolução Industrial, e se foi fruto de uma forma arcaica de industrialização em épocas mais remotas, não se pode dizer o mesmo nos tempos atuais. A Usiminas foi criada através de um consórcio Nipo-brasileiro, portanto herdou da rígida disciplina industrial japonesa, aspectos relevantes na formação do operariado que colocaria a empresa em ritmo de produção. Tão antiga quanto a contradição dominação/subordinação, a estratificação perpassa ao tempo e adquire formas mais sutis na contemporaneidade e essa estratificação notada anteriormente, insere-se, inclusive na esfera de segregação urbana. Outro fato que merece consideração, que é citado pelo autor, é a burguesia tornando-se dominante diante do esvaziamento dos movimentos de massa. Quando forças antagônicas disputam um mesmo espaço e uma delas se enfraquece, naturalmente outra ocupa o espaço deixado pela primeira. Se em tempos remotos os movimentos de massa passavam por um processo de arrefecimento, na década de 1980, a impressão que fica é que a burguesia se antecipou na tentativa de moldar uma classe ordeira e comprometida com a nova realidade da cidade. Como esta peça prima pela dinâmica social em seus múltiplos aspectos, não se pode descartar as comparações entre vários momentos históricos cujo objetivo é perceber a evolução das estratégias presentes em ambos os lados da luta de classes. Com efeito, um salto qualitativo do século XIX para o XX na abordagem da luta pode ser observado, sobretudo nas formas como os trabalhadores se unem e como enfrentam o mando verticalizado e a opressão constante nessas relações. Faz parte desse contexto as formas de construção da segregação e estratificação que acabam se constituindo na constante dinâmica em cada uma das iniciativas.

Ao analisar a nova ordem disciplinar urbana no final do século XIX, Margareth Rago observa que depois de formalizada a opção pela abolição as providências da formação de campos laborais tendentes a incorporar a mão de obra disponível dos ex-escravos passaram pela...

⁸ HOBSBAWM, Eric. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P.264.

Estratégia patronal de fixação da força de trabalho ao redor da unidade produtiva neste momento histórico de constituição de mercado de trabalho livre no país, a construção das vilas operárias permite controlar a economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera de trabalho, delimitando o espaço em que pode circular. [...] A internação dentro dos muros da fábrica, no momento de trabalho, ou dentro dos muros da vila, nas horas de lazer, impede toda comunicação com o mundo exterior e as “aberturas de cabeça” que bem, ou mal, possibilitam. Vida monástica, sem dúvida.⁹

Com efeito, se os antigos cortiços davam lugar às vilas operárias no final do século XIX e se essa mudança implicava transformar espaços de sociabilidade em vilas delimitadas onde a forma de viver e conviver era norteada pela necessidade do capital, em tempos mais recentes as estratégias de dominação, embora resistentes ao tempo, ganharam novas roupagens.

O termo “aberturas de cabeça” utilizado por Rago pressupõe “perder o tempo” com elucubrações que perpassam a preocupação com o processo produtivo. Sugere ainda que o desenvolvimento intelectual proveniente da experiência humana e da troca dela seria desnecessário ao processo produtivo em fase de implantação. Sendo assim, essa espécie de confinamento em vilas operárias delimitaria também o espaço de diálogo direcionando os esforços às questões fabris. Vale ressaltar que a mente capitalista considera perda de tempo qualquer discussão que esteja fora da perspectiva de produção ou do consumo gerado por ela, portanto, isolar as famílias operárias do restante da população permitiria direcionar até mesmo sua forma de pensar. Não se criou nesse espaço o que Rago considera como vida monástica, mas uma vida movida pelo aço e pela fuligem emanada das chaminés da Aciaria presentes na cidade de Ipatinga. Urgia, portanto, prontificar para que laços fossem criados entre essas famílias, daí considerar como intencional a ausência de muros entre as casas, o que facilitaria a comunicação entre as pessoas das vilas.

A redoma estava posta e a criação desta “cidade cativa” permitia compreender o outro lado como uma “cidade livre”, em que a permissividade “campeava a rédeas soltas” e o processo de paganização de costumes poderia abalar o compromisso com a produção. Rago pondera em sua obra esse mesmo processo de isolamento dos

⁹ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 182

trabalhadores como forma de resguardar a família operária das ameaças externas, afirma a autora:

Certamente, a burguesia interessava-se em incentivar o casamento monogâmico e a organização da família operária, fixando os trabalhadores ao redor de suas fábricas. Que melhor espaço senão a vila operária para a mulher realizar sua “vocação sagrada e natural”, recolher marido e filhos dos perigos da rua, evitando que procurassem os cabarés ou as “pensões de meretrizes estrangeiras, mestras em todas as artes do gozo e no esgotar das garrafas de chamarum e uísque, corrompendo jovens e propagando doenças venéreas?”¹⁰

A proteção à qual se refere a autora é, nada mais nada menos que o modelo disciplinar extramuros. O que se pode compreender dessas movimentações é que a ideia principal era fazer com que as pessoas se aproximasse a ponto de tornar os bairros verdadeiros organismos vivos e autônomos, prescindindo de qualquer contato com o restante da cidade. Essa forma de isolamento espacial contribuiria para a criação daquilo que mais tarde seria identificada como “cultura Usiminas” desenvolvida em uma forte aura de autoritarismo. Aprofundando nessa linha de raciocínio é necessário compreender também que o espaço livre onde as pessoas circulam e conversam livremente, é o espaço de produção social e o local apropriado a desenvolver um olhar aguçado sobre a dominação. Por isso, prender a respiração e apertar o passo na travessia desses ambientes era a iniciativa correta para quem queria manter um bom relacionamento com seu empregador.

Entretanto, ao tratar os termos “livre e cativa” os quais serviram para clarificar as novas relações de forma proeminente, é preciso ao mesmo tempo, considerar que o modo de produção incipiente na cidade, não foi instalado sem absorver a mão de obra disponível no arraial. Os trabalhadores remanescentes da construção da Estrada de Ferro Vitória Minas tinham a função de recolher a madeira para fazer os dormentes da linha férrea. Grande parte desses trabalhadores que ficou desprovida do emprego com o fim das obras da ferrovia tratou de buscar soluções alternativas de sobrevivência; essa massa disponibilizou a mão de obra na produção de carvão que abasteceria os fornos de gusa de algumas empresas do setor, dentre elas a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira¹¹.

¹⁰ Ibidem p. 183

¹¹ A Companhia Siderúrgica Belgo Mineira foi instalada no município de João Monlevade em 1921. A empresa é resultado do aporte de capitais estrangeiros, representados pela ARBED (Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange), em Sabará (MG).

https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/linha_tempo/hist_1917_1960/hist_1917_1960.asp

Como a dinâmica do capitalismo não permite que o capital esteja disponível sem produzir mais capital, a Usiminas tratou de incorporar esses trabalhadores em seu quadro de operários com a finalidade de dar início às operações desse complexo siderúrgico. Todavia, não é possível considerar a incorporação de mão de obra como uma dinâmica própria da empresa, ao contrário, o aproveitamento da mão de obra remanescente de tempos anteriores não foi inventado em Ipatinga: Raymond Williams verificou esse mesmo processo ainda na história da Revolução Industrial. Afirma Williams:

Assim, concordo em ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que este modo de produção **teve origem especificamente na economia rural da Inglaterra** e lá produziu muitos dos efeitos característicos – aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a informação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado – que foram posteriormente encontrados, em diversas formas, em cidades e colônias e em todo um sistema internacional. (grifos meus)

A observação que se faz nesse momento é que não ocorreu a formação do corpo de operários especificamente oriundos da economia rural da cidade de Ipatinga. Trabalhadores mais especializados eram recrutados em diversas partes do país, centenas deles recém-formados pelo SENAI, seriam os responsáveis para dar início às operações da empresa. Esses jovens estudantes, ávidos por uma colocação profissional, não tinham a exata dimensão do passo que estavam dando em busca de alternativas de emprego. A ousadia de enfrentar uma região inóspita, desconhecida e sem a estrutura dos locais de origem, transformava essa busca em uma aventura cujo final era inimaginável. O valor dessa decisão só pode ser avaliado mediante o julgamento da memória. Hoje, ao analisar a trajetória de vida na década de 1960 e buscar o que restou da memória, Edson Farias, ex-estudante do SENAI, analisou desta forma sua ida para Ipatinga:

Como eu sou ex-aluno do SENAI... Uberaba... então na época, na década de 1960, a Usiminas... ela... a direção dela foi até inteligente... ela pegou convênio com o SENAI/MG, e onde no estado tinha escola... ela pegou ex-aluno prá... ela convocou os ex-alunos, pra fazer a seleção em Belo Horizonte... e... ser funcionário dela. Então a gente foi.[...] Eles mandaram correspondências para todos os SENAI'S... e o diretor então fez a convocação... aí meu pai falou assim... eu passei na casa de minha

avô lá em São Paulo e ele falou assim: não vai dar pra eu passar lá no Edson... mas... podia passar alguém lá e falar pra ele ir pra Uberaba que tem uma grande firma que tá se instalando lá no estado de Minas Gerais e... e... o futuro deles é essa firma.¹²

A composição do contingente de operários especializados estava em curso, porém, a mão de obra braçal, pejorativamente identificada por alguns autores como “chão de fábrica”, seria obtida somente no arraial de Ipatinga e nas pequenas cidades ao redor do novo polo industrial em construção. Esses trabalhadores não tinham a menor experiência em indústrias, sobretudo daquele porte, e não estavam engajados nas transformações que tais mudanças provocariam. Nesse sentido, o tipo de mão de obra em evidência seria para os cargos de menor importância, incluindo o setor de vigilância da empresa¹³, fator determinante na eclosão do massacre de Ipatinga de 1963.

Emergia desses movimentos outra preocupação: era indispensável manter um contingente de trabalhadores especialmente treinados para manter o nível de produção da empresa. Para isso, foi criado o SENAI¹⁴ de Ipatinga, cuja finalidade era formar a mão de obra que seria absorvida pela Usiminas das décadas posteriores. A “maternidade operária” como era conhecido o SENAI, contribuiria na produção de mão de obra treinada para a produção e concomitante a essa iniciativa, a escola ofereceria um contingente de operários com mentes dóceis, facilmente manipuláveis e engajáveis ao modelo disciplinar da empresa. O procedimento pode também ser visto como uma metodologia de reprodução da desigualdade, ou no mínimo de manutenção do escalonamento social. Enquanto os filhos dos operários estudavam no SENAI para um dia ocupar um posto de emprego no quadro de operários da Usiminas, os filhos dos engenheiros eram direcionados à escola técnica onde cursavam engenharia com a finalidade de ocuparem os postos de gerentes da mesma empresa.

Para Edson Farias, jovem com dezesseis anos, recém-formado no SENAI, a escola era uma oportunidade aberta ao mundo do trabalho. Tudo que um jovem dessa

¹² Fragmento de entrevista concedida pelo Sr. Edson Farias em agosto de 2006, em sua residência, na cidade de Uberaba/MG

¹³ O conflito de 1963 não foi provocado pelo Corpo de Vigilantes, entretanto, um desentendimento provocado por eles na portaria da fábrica trouxe à tona toda insatisfação acumulada desde os tempos da construção da empresa e as péssimas condições de vida às quais esses trabalhadores estavam inseridos.

¹⁴No plano nacional o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – foi criado no governo de Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942 e por força de seu art. 3º, o SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.

idade desejava era “estrear” sua carteira profissional, de preferência em uma empresa sólida como a Usiminas. Por isso seu próprio pai o estimulou: o futuro deles é esta firma.

Ao buscar mão de obra ordeira e disciplinada no primeiro momento, as articulações em torno da ideia de se montar uma representação do SENAI em Ipatinga ganhava força. Ainda na década de 1960 a escola funcionava a todo vapor e os jovens que formassem no SENAI contavam com a certeza de um emprego garantido na Usiminas. Quando coloco em evidência a necessidade de “moldar” esses jovens às necessidades da empresa, lanço também a urgência de pensar na disciplina sobre o tempo como um dos fatores imprescindíveis à manutenção do método de trabalho requerido pela empresa. Em seu texto *Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial*, Thompson questiona:

“Até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? Se a transição para a sociedade industrial madura **acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho** – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente – até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?”¹⁵ (grifos meus)

A estrutura interna da escola era a exata reprodução das seções de manutenção do complexo siderúrgico. O dia era dividido em duas partes: na parte da manhã os jovens se dedicavam aos estudos curriculares do colegial enquanto na parte da tarde, as atividades estavam voltadas para as práticas profissionais. Três cursos estavam em andamento nos anos iniciais de funcionamento do SENAI/Ipatinga: eletricidade, tornearia mecânica e ajustagem mecânica. O que é mais interessante nessas pontuações é que mesmo na parte da manhã quando funcionava o curso curricular, os alunos não respondiam à chamada da forma convencional, eles marcavam o cartão. Essa já era uma forma de lidar com o que Thompson identifica como novos hábitos e novas disciplinas. Na parte da tarde, mesmo sem o risco de serem atingidos por uma peça “despencada” do alto, os alunos tinham que fazer uso do capacete e todos os EPI’s exigidos pelo setor de segurança da empresa. A “maternidade” preparava os jovens para se adaptarem à exterioridade das relações fabris e esse era o grande orgulho da gerência empresarial.

¹⁵ THOMPSON, E. P. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 269.

Em um dos pronunciamentos do presidente da Usiminas nos anos 80, Rinaldo Campos Soares afirmou: “*a Usiminas é uma empresa bastante peculiar na formação do pessoal. Temos como filosofia trabalhar com o ‘zero quilômetro’. O profissional entra na empresa com 16 anos e recebe aulas[...] além de toda orientação técnica relativa ao seu ofício.*”¹⁶

Nessa fala o Presidente elenca a opção pelos jovens e deixa transparecer a importância do treinamento a esses, que não carregavam consigo os ranços vindos de outras empresas, ou a “contaminação” das proposituras sindicais estimulando a luta de classes. Com isso, ficaria mais fácil instituir, sem oposição, o modelo disciplinar que ficaria conhecido como *Cultura Usiminas* nos anos 80. Sem contar que uma mão de obra ordeira e controlável, atenderia em sua plenitude aos interesses capitalistas, pois na visão de Thompson, *o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro*. Ainda nesse seguimento, insere-se a necessidade de formular a análise em outra vertente, e essa forma de ver os acontecimentos me parece ser uma característica dos historiadores comprometidos com o social. Se algum operário fosse visto como um dissoluto em relação às determinações fabris, seus filhos jamais conseguiriam uma vaga para estudar no SENAI, por conseguinte não seriam, em hipótese alguma, empregados da Usiminas. Então, a disciplina fabril dos pais era fortemente controlada pelos sonhos dos filhos. Muitos operários abriram mão de seu projeto de vida em nome de relativa garantia no futuro dos filhos, abandonaram a luta de classes e passaram a formar fileiras com os operários comprometidos com a “Cultura Usiminas”.

Cada operário proveniente dos quadros do SENAI, quando admitido na empresa, recebia o *status* de aprendiz. Em áreas mais perigosas, ganhava também um padrinho que seria responsável por lhe transmitir a fase introdutória do novo emprego e das relações com a empresa. Com o tempo, esse novo operário ganharia a maturidade profissional como se fosse uma espécie de emancipação dentro da empresa, *e como o rito mantém o mito*, esse aprendiz era apresentado à comunidade operária como um novo profissional do quadro da Usiminas, fazendo a tradicional troca de capacetes. Esse ritual consistia na substituição do capacete branco de aprendiz por outro de cor preta dos profissionais em cerimônia acompanhada pelos chefes imediatos, bem como do

¹⁶ CEO Brasil. Perfil. Rinaldo Campos Soares, CEO da Usiminas Ano 2. N° 8, 2006, pp. 6-13.

padrinho, nos casos pertinentes. Sem dúvida alguma o ritual era emblemático e carregado de significados, pois colocar o aprendiz no centro da cerimônia, não significava necessariamente valorizá-lo, ao contrário, realçava o significado da cerimônia como se fosse o maior dos privilégios ser submetido a esse tipo de ritual.

Como esses jovens são estimulados a reconhecerem seu próprio potencial de crescimento dentro da empresa, e realmente são portadores dele, a partir dessa cerimônia, todos são lançados na arena das disputas e constantemente desafiados a inovarem no modo de produzir e de cooperar com a empresa, como via de mão única em busca de mobilidade nas relações de trabalho. O fato de todos se tornarem concorrentes uns dos outros significa que a solidariedade entre eles foi quebrada. Ou melhor, na concepção durkheniana, a solidariedade mecânica dos tempos anteriores, transformou-se na solidariedade orgânica identificada nas sociedades industrializadas e estratificadas.

As artimanhas gestadas no seio da proposta capitalista de produção acabam criando armadilhas que dificilmente são identificadas por uma mente pueril que aceita os supostos benefícios como uma benesse do patrão. Ao reconhecer os rituais cujos objetivos era selar definitivamente o nome do ex-aluno do SENAI como empregado da Usiminas, é necessário admitir que ele também não escapa de outra envolvendo uma situação anômala diante das que são admitidas pelo Ministério do Trabalho. Ao analisar esses fatos envolvendo as relações de trabalho pude constatar que existem duas situações em que as práticas induzem pensar na existência da igualdade: uma delas é apresentada ao público como elemento de coesão entre os trabalhadores, que supostamente são tratados como iguais.

O uniforme entra nesse estudo, pois é fato que os trabalhadores envergam essa insígnia em trânsito por diversos setores da sociedade, aparentemente até com certo orgulho, inclusive em ocasiões formais, como missas, cultos evangélicos e velórios¹⁷. Do ponto de vista de quem assiste a esse “desfile”, realmente parecem “clones operários” sem a menor distinção, que envolve do presidente ao trabalhador sem

¹⁷ Nos velórios de alguma pessoa que pertencia ao quadro de funcionários da empresa sempre era designado outro funcionário, normalmente de graduação maior que do *decujus*, para fazer parte dos rituais fúnebres como representante da empresa. Nessa ocasião o funcionário comparecia paramentado com as insígnias que lhes eram pertinentes, incluindo uniforme, botons e outras modalidades que lhe permitissem dar visibilidade à condição de funcionário da Usiminas.

qualquer qualificação profissional, a maioria esmagadora dos trabalhadores se apresenta publicamente de forma paramentada sem o menor constrangimento. Há uma razão para esse procedimento. Se até o presidente da empresa usa o uniforme da empresa em trânsito pela cidade, por que o operário também não poderia fazê-lo? Esse é outro procedimento recheado de significados. O chefe geral da empresa se mescla discretamente no meio dos operários da empresa a ponto de ser reconhecido como um homem simples. Essa espécie de *mimetismo social* confere dividendos de popularidade ao presidente, que pode ser visto pelos trabalhadores mais simples como um deles.

Não é incomum administradores que têm forte apelo social convidar algum dos trabalhadores para se juntar a ele nos restaurantes industriais na hora do almoço. Na realidade um trabalhador que for “agraciado” com essa oportunidade será invejado por muitos que gostariam de estar em seu lugar. Esse procedimento além de dar ao administrador uma aura de simpatia, servia para despertar nos trabalhadores a necessidade de se tornar visível aos olhos da administração.

Noutro momento, essa aparente igualdade é privada, entretanto ela só existe entre os trabalhadores que não detêm cargos na hierarquia da empresa, e o critério adotado para disseminar essa suposta igualdade era *sui generis*:

8 ESTRANGEIROS		9 CONTRATO DE TRABALHO	
Chegado ao Brasil em Naturalizado em Carteira de estrangeiro n.º Emitida em Estado Registro de Profissões Regulamentadas Registrado em/...../....., como sob N.º Liv. Fls. Data DRT Ass. do funcionário Registrado em/...../....., como sob N.º Liv. Fls. Data DRT Ass. do funcionário Registrado em/...../....., como sob N.º Liv. Fls. Data DRT Ass. do funcionário 			
Empregador Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS Rua: Usina Intendente Câmara N.º Município: Ipatinga M. Gerais Esp. do estabelecimento: Siderurgia Cargo: Operador C.B.O. n.º Data admissão: 18 de Setembro de 1971 Registro n.º: 2312-15606 Fis/Ficha: 15606 Remuneração especificada: 121,76 Crim. I 121,76 Crim. II 121,76 Crim. III 121,76 Crim. IV 121,76 Crim. V 121,76 Crim. VI 121,76 Crim. VII 121,76 Crim. VIII 121,76 Crim. IX 121,76 Crim. X VALDEMAR G. JARDIM Ass. do empregador e do empregado Chefe da Seção Pessoal Ficha: 1.º 2.º Data saída: 09 de JUNHO de 1975 USIMINAS - Usinas Intendente Câmara Ass. do empregador e do empregado 1.º Eco. MARCELLO GAMA DE MENEZES URPA - Seção de Administração de Pessoal 2.º			

A carteira profissional em tela é de um eletricista de manutenção devidamente credenciado pelo SENAI, entretanto reconhecido e registrado pela Usiminas apenas como “operador”. A Carteira de Trabalho é o documento apto a formalizar a carreira profissional do trabalhador, demonstrando em seus registros as diversas empresas às quais ele prestou serviços. Inclui também o registro da mobilidade profissional adquirida pelo trabalhador, pois as mudanças de cargos, as quais refletem a dedicação nos diversos postos de trabalho, são devidamente registradas nesse documento. As evidências demonstram que o Departamento de Recrutamento de Pessoal da Usiminas não tinha preocupação alguma com esse procedimento, ou não o aceitava propositadamente, pois não registrava no documento a profissão do trabalhador, fosse encanador, pedreiro, mecânico ou qualquer outro tipo de profissional, incluindo operadores de máquinas ou equipamentos. Para a empresa, os trabalhadores que não ocupavam cargo de chefia eram tratados em igualdade de condições. Todos eram operadores.

Por outro lado, o procedimento pode ser visto também como elemento coercitivo, instituído pela exterioridade fabril e presente no modelo disciplinar constituído na Usiminas. Quando o trabalhador tinha seu contrato de trabalho rescindido por qualquer motivo, a empresa lhe garantia uma carta de apresentação na qual constavam as atividades profissionais do ex-empregado, omitidas na carteira de trabalho. Essa carta funcionava como um atestado de competência profissional e um referencial de conduta durante o cumprimento de contrato de trabalho agora rescindido. Acrescenta-se a essas circunstâncias que o procedimento não era comum a todos os ex-empregados.¹⁸ Para os trabalhadores que eram demitidos por envolvimentos políticos de qualquer natureza, ou por práticas de insubordinação, cuja propagação se dá na horizontalidade, essa carta de apresentação não era fornecida. Sendo assim, a carteira profissional poderia gerar sequelas para a continuidade da vida profissional de cada trabalhador, caso ele não aderisse ao modelo disciplinar da empresa, também reconhecido como “Cultura Usiminas” já que sua verdadeira condição profissional não estava registrada.

¹⁸ O documento oficial apto à apresentação da profissão de seu portador é a Carteira de Trabalho e Previdência Social. A Usiminas usou de um estratagema nada convencional: a Carteira de Trabalho é usada para generalizar e a carta de apresentação para caracterizar a especialidade de cada um. É como se o documento informal ganhasse mais importância que o formal na visão empresarial.

A impressão que se tem é os trabalhadores mesmo na condição de principais protagonistas do processo produtivo, aos olhos da empresa eram vistos como mercadorias que, quando descartadas, eram substituídas rapidamente por outras assegurando apenas a sequência do processo.

A preocupação em conceber a história a partir de seus protagonistas, levando em conta suas aflições, compreensões, incompreensões e, sobretudo, interpretações, fez da História Oral a principal orientação metodológica na construção do trabalho. Enquanto entrevistados, esses sujeitos demonstram um ar de repugnância quando se referem ao termo criado pela direção da empresa e legitimado por grande parte dos trabalhadores, o modelo disciplinar identificado como “Cultura Usiminas”. Edinho Ferramenta analisa desta forma sua preocupação.

De 63 até 1984, nós vivíamos o mito da cultura Usiminas, manda quem pode, obedece quem tem juízo. É... qualquer iniciativa individual ou coletiva, dos trabalhadores, a empresa tinha uma forma de reprimir... esse movimento... e... por deter informações, tanto interna quanto externa, ela tinha... a facilidade de... de... abafar qualquer movimento que viesse a rebelar.

Segundo Edson a Usiminas se baseava nas informações de uma rede de informações, conhecida no senso comum como *arapongagem*, cuja finalidade era rastrear as atividades de seus empregados, principalmente aqueles suspeitos de transitarem pelos campos da oposição. O que mais chama a atenção é que essa prática não estava circunscrita somente ao âmbito fabril, o entrevistado confirma que a empresa se baseava também nas informações trazidas dos bares, clubes, igrejas e outras. A própria empresa contribuiu para constatar a existência desse procedimento quando ela cria uma seção especializada pela elaboração e prática dessa cultura.

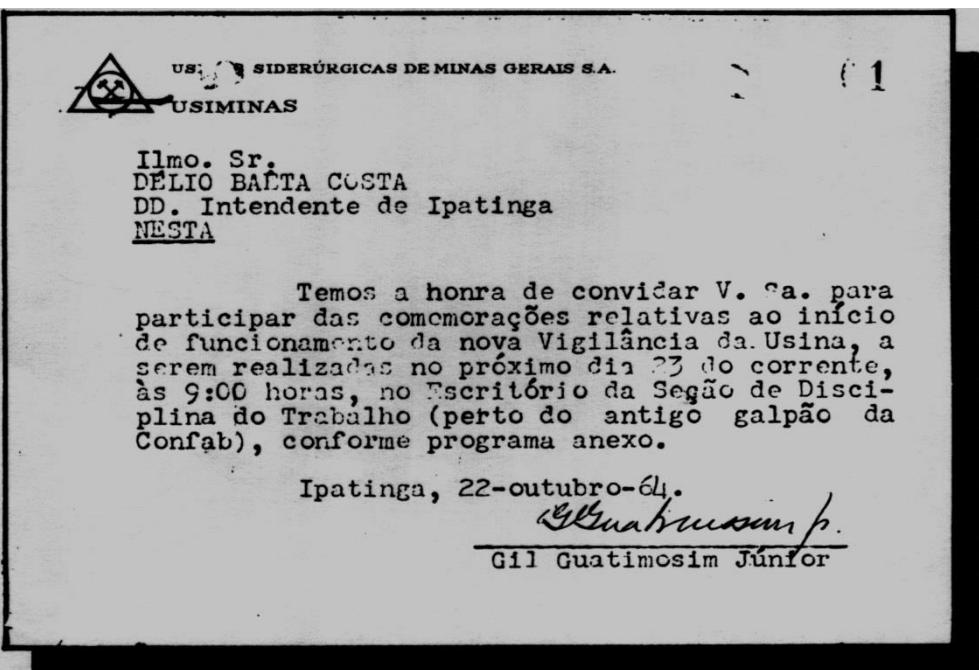


Foto nº 15 - Acervo PMI

A fotografia desse convite enviado ao mandatário de Ipatinga foi obtida na Revista Homem em Série e seu conteúdo demonstra diversas vertentes de análises. Não se trata de uma mera ilustração, pelo contrário, buscar nesse documento indícios de acontecimentos que influenciaram nas mudanças do comportamento dos agentes envolvidos é dever do historiador comprometido com o social. Essa discussão me parece relevante na medida em que visa à compreensão da formação dos institutos supostamente empenhados na domesticação de uma massa de trabalhadores ainda ressentida de um massacre acontecido um ano antes. Foram várias as ocorrências constatadas em pouco espaço de tempo: o massacre em 13 de outubro de 1963, golpe militar em 31 de março de 1964, emancipação do Arraial em 29 de abril e formalização do Sindicato em 1º de maio de 1964, logo uma série de acontecimentos disponíveis à clarificação e outros ao esquecimento de acordo com a conveniência da empresa. Esse tipo de jogo pode e deve ser interpretado como um campo minado onde os acontecimentos são disputados como meio eficaz de perpetuação ou silenciamento daquilo que se quer ou não ser mantido na memória da população.

Normalmente nas cerimônias políticas os prefeitos convidam membros da Sociedade que têm destaque como geradores de empregos e de recursos fiscais, para lugar de destaque nas comemorações. Trata-se de reuniões em que os interesses municipais, empresariais e particulares são colocados à mesa sem o menor

constrangimento. Aqui, a situação parece invertida, pois é a empresa que convida o Intendente para uma cerimônia interna cujo significado não interessa diretamente ao município e sim à organização interna da empresa. Ou seria essa uma oportunidade de demarcação de área de atuação ressaltando a importância da empresa no contexto econômico local? Todas as evidências devem ser consideradas como relevantes, porque, com o tempo, a percepção de que o município perde em soberania ao ser comparado à influência da Usiminas nos diversos âmbitos, sejam políticos, econômicos ou sociais, denota uma aura de poder cuja teia influenciaria até mesmo o poder político, a ponto de empresa eleger vereadores e prefeitos que atendessem a nova ordem capitalista no município.

A primeira observação a ser feita no convite é sobre o endereçamento e a data do mesmo. Ele foi concebido e enviado ao Intendente de Ipatinga em 22 de outubro de 1964. A cidade fora emancipada em tempo recorde, talvez tenha sido um dos primeiros municípios a conseguir a emancipação após o golpe militar de 31 de março de 1964. A data da mudança foi 29 de abril de 1964, portanto, um mês após a troca de governo na esfera federal e o primeiro mandatário de Ipatinga foimeticulosamente indicado, sem a participação da população. Délia Baêta era mineiro de Ituiutaba, por isso, um elemento desconhecido da população de Ipatinga, entretanto da confiança do Governador José de Magalhães Pinto e estrategicamente importante para essa promissora região.

Outro dado que merece distinção está oculto nas entrelinhas do convite: há exatos doze meses uma nódoa de sangue pairou sobre a região e no imaginário popular a Usiminas teria sido a grande protagonista do evento, causando dor e infelicidade nas famílias daqueles que contribuíam para o sucesso da empresa. Algo deveria ser feito para preservar o nome da empresa, desvinculando-a da chacina cometida. Ficou claro que o massacre deixou várias chagas abertas e que precisavam ser suavizadas e cicatrizadas para um dia caírem na vala comum do esquecimento. Credita-se ao Corpo de Vigilantes despreparados para o cargo, o “sucesso” das operações do dia 7 de outubro, fato que colocaria a Usiminas na condição de protagonista do episódio. Com a finalidade de evitar a perpetuação do estigma de mandante, a Usiminas cuidou de dar uma satisfação aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, conseguir desvincilar-se da possibilidade de ser responsabilizada pelo fato. Os vigilantes foram trocados e sua troca foi comemorada com festa pela própria empresa. Para ela nada mais natural que fazer a substituição de um grupo inteiro dentro de seu organograma, para isso, o presidente Gil Guatimosim procurou dar visibilidade ao evento exaltando um tom de comemoração

como se estivesse avisando a todos que estava se *livrando* da antiga Vigilância despreparada, (nas palavras de Moacir Lacerda: *Vigias, caras casca grossa pego a laço*). O evento está recheado de significados, pois prenuncia a intenção de atender aos interesses dos trabalhadores com a troca dos vigilantes. Uma permuta que pode ser entendida também como forma de buscar maior aproximação com os operários, distanciados da chefia desde o massacre de 1963. No sentido prático, é uma tentativa de melhorar a imagem da Usiminas não somente junto aos empregados, mas também junto à sociedade. O terceiro motivo que chama a atenção no convite pode ser verificado no nome da seção, onde se dariam as comemorações: **Seção de Disciplina do Trabalho**.

(grifo meu)

Em seu texto Americanismo e Fordismo¹⁹, Gramsci descreve sobre os métodos sutis de controle social, desenvolvidos pela classe dominante para extrair do trabalhador o máximo que ele pode oferecer. Porém, tais métodos, por sua sutileza, impedem que tais controles possam ser visualizados com clareza. É o que foi feito na Usiminas, quando se criou a Seção de Disciplina do Trabalho. Gramsci contribui para a compreensão das transformações empreendidas até mesmo em Ipatinga a partir da ideia de que “não haveria organização do poder moderado somente com o uso da força”. O complexo de ações culturais e ideológicas, que se desenvolveram a partir do massacre de Ipatinga, induz à constatação de que a organização do consenso abriu uma porta à direção moderada, especialmente ao levar em conta as ações sociais, cuja culminância foi o processo de resistência.

A despeito das ações truculentas, envolvendo a *caça às bruxas* tônica do regime militar²⁰, desenvolvida praticamente em todo o território nacional, em Ipatinga, não se pode afirmar que o uso da violência por parte do Estado tenha se consubstanciado apenas no uso da força física. Ela assumiu contornos inseridos em um processo cultural e hegemônico, e esses *tentáculos* abarcaram o âmbito social, para além das cercas da fábrica. A violência hegemônica invadiu a intimidade do lar e influenciou na mudança de costumes e das práticas cotidianas.

O trabalho do Serviço Social da empresa se fez notar em dois flancos: um no ambiente fabril, outro no ambiente externo. No ambiente interno, o controle recaía

¹⁹Henry Ford foi um dos precursores da divisão social do trabalho e, através desse processo inovador, criado no final do século XIX, obteve maior produtividade na recém-instalada Linha de Produção.

²⁰O regime militar foi instituído sob o discurso do perigo de esquerdação do Brasil. Com base nessa argumentação, desenvolveu-se, no país, um processo de silenciamento e/ou eliminação de toda voz dissonante, identificada a partir da instituição do regime como subversiva.

sobre o trabalhador da seguinte forma: se, por algum motivo, o empregado mantivesse uma conduta suspeita, fora dos padrões considerados como *bons costumes* - evidentemente que pudesse comprometer os níveis de produção -, era chamado a uma conversa para descobrir as razões do comportamento fora das *convenções*. Dentre esses desvios, era comum observar se o trabalhador era *alcoólatra, mulherengo, jogador*, ou se era mau para a família. Um dado importante tem que ser levado em conta: a empresa rastreava o comportamento dos seus empregados através de uma complexa rede de informações, tanto no ambiente interno quanto no externo, o que constitui a segunda forma de manter o controle sobre essa população. Godelier esclarece essa prática por parte dos empregadores, principalmente os industriais da América e tal esclarecimento induz à constatação de que fato semelhante era desenvolvido também na Usiminas desde que esta passou a usar o controle da moralidade. Segundo o autor tratava-se de ...

Uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho. Por outro lado, é necessário encaminhar esta regulamentação e a criação de uma nova ética. Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de 'puritanismo' assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas. A verdade é que não se pode desenvolver um novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também racionalizado²¹.

Coincidência ou não as Igrejas Evangélicas se reproduziram na região de forma assustadora: enquanto a Igreja Católica tinha apenas uma matriz no centro da cidade, nos bairros operários os cultos evangélicos eram ritualisticamente recriados até mesmo nas casas das pessoas, enquanto as Congregações eram erguidas com a participação maciça da população, seja mediante a contribuição do dízimo, ou até mesmo colocando a mão na massa para edificar os templos locais. A ética protestante se adequava rapidamente ao espírito do capitalismo agora predominante na região e em nome dessa ética, o versículo 23 do capítulo 10 do Livro de 1º Coríntios era repetido na maioria dos cultos evangélicos da região: "*Todas as cousas são lícitas, mas nem todas convêm; todas são lícitas, mas nem todas edificam*". Esse versículo soava como instrumento delimitador entre o lícito e ilícito, o sagrado e profano, o certo e o errado. Orientava os

²¹ GODELIER, Maurice. Trabalho. In: Romano, R. (Org.) Enciclopédia Einaudi. V. 7. Modo de produção/desenvolvimento/subdesenvolvimento. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p.

fiéis quanto aos perigos de transitarem por caminhos desaconselháveis para quem deveria primar por uma vida austera como convém aos bons operários e bons cristãos.

Se do ponto de vista religioso as delimitações são claras, do ponto de vista da luta de classes as barreiras são dotadas de sutilezas específicas a cada caso analisado. Quando o presidente da Usiminas se refere ao quadro de funcionários dizendo que “*Temos como filosofia trabalhar com o ‘zero quilômetro’*” ele avoca para si a responsabilidade de não trazer funcionários que tenham algum tipo de experiência vivida em outra empresa. Trata-se de uma visão administrativa de risco, já que, teoricamente, a rotatividade de mão de obra em uma empresa com aproximadamente dez mil empregados seria grande, sendo necessárias eventuais substituições imediatas. Contudo, o que se notou ao longo do tempo não foi isso: as apostas na “Cultura Usiminas” foram suficientemente fortes para granjear e manter um quadro sustentável de jovens formados pelo SENAI, cujas vagas, mesmo que não estivessem disponíveis, seriam mantidas em nome da formação de um cadastro reserva. Essa prática pressupõe ser mais fácil moldar mentes dóceis que comandarão corpos dóceis, e quanto mais pueril for a mente, mais fácil impregná-la com algum tipo de ideia para nortear o futuro. Essa modalidade de maternidade profissional garantiria à Usiminas uma fonte pura de mão de obra – *funcionários zero quilômetro* – que na concepção foucaultiana está disponibilizada ao “bom adestramento”. Afirma o autor:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo²².

A análise foucaultiana avança na compreensão dos diversos ingredientes de composição do adestramento, já que para se obter o máximo dessa relação, torna-se necessário adestrar para retirar e apropriar-se ainda mais. Acrescenta-se ainda que o olhar que cerceia, opõe e dilacera opiniões e liberdades é também responsável pela criação de um sistema de sanções cuja finalidade é moldar as ações e, possivelmente o pensamento dos envolvidos por ele. O ordenamento jurídico interno não estaria perfeito

²² FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 38. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2010, p. 164.

caso a constatação da transgressão não fosse acompanhada de uma medida exemplar dotada de poder coercitivo que complete o ciclo do adestramento.

Entretanto, se a análise se mantiver nos limites do adestramento, e nele por si só, acaba engessando as possibilidades da existência de desdobramentos na relação. É como se encerrasse em si mesma a análise colocando-nos às voltas com os problemas que ela produz sem alardear processos de oposição a esse constante vigiar e punir. Por mais eficaz que seja o processo de adestramento, bem como o sistema de sanções criado para lhe conferir a formatação necessária ao bom desenvolvimento, em algum momento uma ideia original permitirá demonstrar um ponto de fragilidade que viabilizará a possibilidade de colocar em risco todo o sistema. O *calcanhar de Aquiles* pode ser descoberto a qualquer momento.

Nesse viés, a dinâmica social, provocadora que é de todas as formas de mudanças, se não for concebida como tal, será submetida a uma redoma gélida, não permitindo qualquer tipo de reação que possa visualizar transmutações na forma de ver o mando verticalizado das relações de trabalho. Conquanto fosse essa a perspectiva disciplinar, mesmo submetidos a rígidos processos de vigilância, sempre os seres humanos são capazes de criar soluções alternativas, abrindo fissuras que acabam permitindo escapar da dominação. Claro que o olhar disciplinador leva em conta essa possibilidade, pois conhece a ilimitada capacidade do ser humano de desvincilar-se da opressão, por isso o mando verticalizado está sempre preparado para intervir na manutenção da disciplina proposta.

Com a finalidade de evitar essas possibilidades, a empresa cria pequenas instituições panópticas dentro das seções, visando levar a cabo as diversas formas de manter o jogo de uma vigilância exata; são olhos de quem tem obrigação de ver sem que sejam vistos, informar sem que seja noticiado e desarticular possíveis tramas políticas ou trabalhistas, em prol da boa disciplina fabril.

Um exemplo claro dessa vigilância envolvia o próprio presidente da empresa. Como o bairro destinado à chefia se situa em uma parte mais elevada da cidade (Bairro Castelo) de onde se pode observar todo o complexo industrial, foi escolhido, por razões óbvias, como o local de residência do presidente. Com isso, ficou fácil instalar um mecanismo eletroeletrônico para mantê-lo informado das condições diuturnas de produção. A seção de Laminação de Placas (ULMP) era a primeira na série de outras

seções de laminação, caso a primeira parasse de funcionar as demais também estariam comprometidas até a normalização da primeira. Assim, foi ordenada a instalação sobre o conjunto de seis chaminés, (aproximadamente 60 m de altura) um grupo de lâmpadas vermelhas indicando a Laminação em processo e outro de lâmpadas verdes que indicavam o contrário. De sua residência o presidente podia verificar as lâmpadas acesas e, dependendo do caso, o telefone da cabine de operações da Laminação de Placas tocava durante a madrugada com o presidente do outro lado, exigindo uma explicação pela parada nas operações. Essa prática não era incomum, como não era incomum também o presidente aparecer nas seções durante a madrugada para vistoriar a operação.

Algumas vezes os operadores mantinham a mesa receptora de lingotes em funcionamento sem que houvesse algum lingote sob o laminador, apenas para não desligar as lâmpadas vermelhas, fugindo dessa forma, de um eventual questionamento do presidente da empresa, que possivelmente estaria na janela de sua casa observando o processo operacional da mesma durante a madrugada. Não basta, portanto, analisar o adestramento e as Instituições panópticas apenas para entender seu funcionamento, é preciso se inserir na decomposição do processo, como forma de identificar os meandros da resistência.

Aprofundando nessas questões, percebe-se que a voracidade do capital exige também o olhar vigilante da administração empresarial, que fustiga o corpo de funcionários com a finalidade de fazê-lo produzir mais, com mais perfeição, no menor espaço de tempo possível e essa vigilância que hoje seria vista como assédio moral criou uma complexa rede de informações denominada arapongagem pelos próprios funcionários envolvidos.

O desmonte do esquema de arapongagem teve seu início com uma entrevista do vigilante Ronaldo Diniz de Abreu, concedida à Revista Isto É na década de 1990. Esse operador da Usiminas foi contratado para fazer a catalogação de elementos considerados indesejáveis pelo modelo disciplinar da empresa. Segundo a reportagem da revista:

Numa lista com mais de quatro mil nomes, obtida por Isto É, constam histórias de perseguições políticas e bisbilhotices de toda a natureza sobre a vida de empregados, sindicalistas, empresários, juízes de direito, jornalistas e até padres. O mais curioso dos abusos é que o serviço de

informações da Usiminas, que começou a funcionar nos anos de chumbo, continuou a catalogar histórias até meados do ano passado, mesmo depois da privatização da empresa, em 1991. Os arquivos reúnem quase 30 anos de mexericos da vida alheia.[...]"Se o pai de família tinha militância política, o filho era barrado na entrevista. Eu não podia fazer nada porque dependia do emprego. Mas tinha vontade de acabar com tudo aquilo", descreve Diniz de Abreu. Aos 44 anos, casado, pai de cinco filhos, ele mora numa cidade onde praticamente tudo gira em torno da Usiminas. Não por acaso, sua decisão de tornar pública a constante invasão de privacidade de seus conterrâneos só foi tomada mais de um ano depois da sua aposentadoria, em 1996. A revelação deu origem a um processo, movido pelo sindicato local dos metalúrgicos na Procuradoria Regional do Trabalho, em Belo Horizonte. Nessa mesma época, o computador da Usiminas que continha a chamada "lista negra" foi retirado da seção de vigilância. Antes disso, Diniz de Abreu já havia copiado os arquivos em disquetes e fornecido ao sindicato. Conforme o relato de Diniz de Abreu, em 1989, o computador já havia sido escondido. Durante as eleições presidenciais, quando Fernando Collor de Mello e Luiz Ignácio Lula da Silva foram ao segundo turno das eleições, chegou-se a aventar a hipótese de o petista e sindicalista Chico Ferramenta – atual prefeito de Ipatinga e dono de uma extensa ficha – tornar-se presidente da usina. Depois da eleição de Collor, os trabalhos de investigação voltaram a ser feitos.²³

De posse dessa lista considerada “resquícios do autoritarismo”, a seção de disciplina do trabalho tornou-se uma fonte prioritária de consulta toda vez que um novo funcionário fosse incorporado ao “maior patrimônio da empresa”, como alardeava a “Cultura Usiminas”. A partir da assinatura do contrato de trabalho, a vida do empregado, bem como de seus familiares era totalmente devassada em seus detalhes mais íntimos.

Grande parte das empresas que conhecemos ao longo de uma trajetória como eletricista de manutenção, utilizava o termo “família”, acrescido do nome da empresa quando se referia ao contingente de empregados com suas respectivas famílias. Nas ocasiões festivas em que algum representante da empresa fosse chamado a fazer uso da palavra, sempre se dirigia aos ouvintes como a grande família da empresa. A Usiminas descartou essa prática, ao invés de usar o termo família Usiminas, tratou de substituí-lo por outro, que teoricamente adquiriu contornos mais profundos, na medida em que encontrou acolhimento no conjunto dos trabalhadores. A “Cultura Usiminas”, como ficou conhecida, extrapolou as fronteiras do ambiente fabril e se firmou no cotidiano das pessoas mediante instrumentos de cooptação inteligentemente preparados para sufocar a

²³ VIEIRA, Andre. Arapongas da Usiminas. Revista ISTOÉ, São Paulo: Ed. Três, abr. 1998.

luta de classes, alardeando, no lado capitalista dessa luta, a constante possibilidade de ascensão profissional.

Dentre as diversas formas conhecidas de dissuasão, o aceno com o poder sedutor do capital é o que teoricamente obtém a melhor resposta na maior parte dos trabalhadores do país. Esse é um argumento convincente na empreitada de cooptar elementos tendentes a qualquer forma de resistência à consolidação dos métodos capitalistas de produção. Entretanto, no espaço e tempo histórico da presente análise, outros instrumentos igualmente sutis, foram incorporados à “Cultura Usiminas”, os quais provavelmente falaram tão alto quanto a possibilidade de ascensão.

Retomando a meada da cultura, o que ela é senão o conjunto de práticas sociais presentes no cotidiano das pessoas envolvendo religiosidade, festividades, culinária, vestuário e formas de convivência, sejam elas pacíficas ou não? Trabalhar o termo cultura envolve múltiplos olhares, sobretudo acerca das formas que as pessoas encontram de manifestar seu amor, suas aflições, crenças, necessidades, sonhos e expectativas de um futuro melhor. Acrescenta-se ainda que dos embates dessas forças sociais emergem as contradições que certamente se tornarão a mola motora da cultura, refazendo-a a cada nova necessidade verificada no conjunto da sociedade.

Destarte, o termo cultura pressupõe a dinâmica que engloba liberdade de agir, criar, produzir e consumir, enaltecedo a diversidade e a multiplicidade presentes em todo aglomerado humano. Como então entender como cultura uma iniciativa que molda, limita, castra o princípio do contraditório e cerceia a dinâmica social? Como compreender a cultura na perspectiva de uma prática que não permite tirar proveito das diferenças, transformando-as sistematicamente em desigualdades?

Visto que envolve múltiplos olhares, pode também ser entendida como um estágio preparatório para a hegemonia. Uma forma de engessar perspectivas, moldar mentes e criar elementos dóceis e politicamente organizados, objetivando um corpo produtivo sincronizado com os interesses da produção e do consumo. Vista dessa perspectiva a “Cultura Usiminas” camufla em seu termo, um modelo disciplinar extremamente rígido que ao mesmo tempo em que determina a superestrutura local, impõe também um impulso civilizatório ao extrapolar os limites internos e se entrelaçar com a cultura residual de antes da industrialização da região. Obviamente que esse

norteamento social e institucional dos trabalhadores foi verticalizado e sutilmente instalado sem qualquer pactuação com os mesmos.

Como compor uma realidade onde sutileza e imposição ocupam o mesmo espaço no cotidiano operário? Essa é a pergunta que se deve fazer no momento. Não é muito palatável essa ideia a não ser que seja acompanhada dos acenos capitalistas tais como a já citada ascensão profissional, ou então uma compensação financeira instituída como prêmios, dentre eles “operário padrão”, “prêmio segurança”²⁴ e prêmio da campanha SQP²⁵.

Na década de 1970 foi instituído um “prêmio” especial distribuído no dia 1º de maio de cada ano e essa “concessão” ficou conhecida como Girafão²⁶. Com o tempo esse prêmio adquiriu novas roupagens, mas sempre ligadas a alguma iniciativa que melhorasse a condição da produção, sendo também proporcional ao tempo de serviços prestados à empresa. Noutra competição, o prêmio concedido aos primeiros colocados na disputa do título Operário padrão era extensivo à família, premiada com viagens de avião para o Nordeste brasileiro, com todas as despesas pagas pela empresa²⁷. A premiação era divulgada com uma grande festa, da qual participavam as famílias de todos os operários envolvidos, e, naturalmente, o Presidente da Usiminas que se colocava em evidência com seu “mimetismo social”. O detalhe mais importante dessas disputas é que, qualquer operário identificado pela máquina maciça de vigilância, era descartado das competições pelo sistema peculiar da “Cultura Usiminas”, a arapongagem. Se de um lado os operários eram assediados com afagos econômicos, de outro esses mesmos operários se sentiam beneficiados pelo sistema de vigilância, que afastava boa parte dos concorrentes por não se enquadarem ao modelo disciplinar da empresa. Nesse sentido, para quem sobrevivesse à opressão, a visão administrativa estava correta, os insubordinados é que não se enquadram às normas vigentes.

²⁴ A quantidade de dias que determinada seção passava sem sofrer acidentes com afastamentos, eram compensados nos contracheques com uma premiação em horas. Quando acontecia algum acidente, a horas zeravam e dava início a uma nova contagem. Vale ressaltar que cada “operador” se tornava um fiscal do outro quando se cometia algum ato inseguro.

²⁵ SQP - Segurança, Qualidade e Produção.

²⁶ O apelido dado ao prêmio concedido em maio recebeu esse nome como uma alusão ao prêmio concedido em programa de televisão, comandado pelo apresentador Jota Silvestre na década de 1970. Dentre os programas apresentados por ele destacaram-se: O céu é o limite, Esta é sua vida e O Carnê da Girafa. O prêmio maior concedido nesse último programa ficou identificado pela população como “O Girafão”. Assim, os operários identificaram o 14º salário concedido em maio como “O Girafão”.

²⁷ Houve um tempo em que viajar de avião era considerado um privilégio burguês, em detrimento a um direito de todos.

Desta inflexão surge um questionamento: qual era o objetivo dessa constante investigação senão alimentar a indústria do terror sobre os empregados durante a continuidade de seu contrato de trabalho? Surge também uma observação: a própria família tornava-se um grupo de vigilantes sobre as práticas políticas do pai, caso este pleiteasse a participação em algum movimento político ou sindical²⁸. Em alguns casos, o próprio Sindicato, órgão criado com a finalidade de dar proteção ao trabalhador, fornecia informações sobre tendências políticas de seu associado.

Além de uma consistente teia criada entre empresa, família e sindicato, as estratégias de cooptação e convencimento utilizadas pela indústria foram igualmente eficazes quando observada a dinâmica do comércio e a remodelação urbana. Embora o foco da preocupação fossem os bairros operários, não se pode desprezar a reestruturação ocorrida na parte velha da cidade. Ruas alargadas, prédios mais consistentes, desodorização do espaço urbano, criação de espaços lúdicos, enfim, tudo que foi necessário ao sincronismo com os novos tempos de capitalismo industrial, estava em curso, principalmente na década de 1980. Apesar de utilizar de métodos não muito convencionais nesse período, a empresa foi reconhecida pela população como a grande mantenedora da cidade e de uma forma ou de outra, aqueles que estavam de fora, almejavam uma oportunidade de emprego na Usiminas. Aos poucos o aço passou a ser reconhecido como mola motora do progresso e por todas as partes, essa ideia ganhava visibilidade. Os tempos de arraial só podiam ser vistos nesse momento através do retrovisor da história.

Essa produção de significados combinada com a disputa por espaços davam o norte dos embates que seriam travados em meados dessa mesma década. Lojas e empresas criadas pela iniciativa privada, sempre faziam alusão ao aço, ou à empresa que se firmou como a maior geradora de recursos para o município. A fotografia abaixo corrobora esta afirmativa: apesar de ser um espaço privado, reservado para aluguel de

²⁸ No mundo do Direito existe uma figura jurídica denominada “Alienação parental”. Quando um cônjuge quer deteriorar a imagem do outro diante dos filhos aplica a alienação parental. Essa figura é muito notada entre casais em fase de separação. A mãe orienta e disciplina os filhos, impõe regras e horários para as tarefas, enquanto na casa do pai as regras não precisam ser seguidas. Assim, o pai se torna “mais legal” que a mãe. Ou então a mãe desqualifica o pai apenas por ele estar tomando uma cerveja após o futebol. Aos olhos dos filhos ele passa ser um folgado, beberrão que não se incomoda com a vida dos mesmos. No caso em tela existe uma espécie de alienação dos filhos com a finalidade de preservar a fonte de renda da família, se o pai era assediado para compor uma chapa de oposição sindical, os filhos imediatamente eram orientados a impedir que o pai se aventurasse nessa empreitada.

festas e formaturas, o aço ganha visibilidade até mesmo no nome de fantasia da empresa.



Fotografia colhida em janeiro de 2011. Acervo Paulo Roberto

Numa habilidosa manipulação de letras e palavras, o proprietário coloca em evidência a palavra aço, que juntamente com as demais letras, compõem o nome da empresa situada no bairro Veneza. Procedimento similar ganhou visibilidade nos empreendimentos que utilizavam parte do nome da Usiminas combinado com o ramo de atividade que atuaria. O maior plano de saúde da região do qual fazem parte todos os empregados da Usiminas tem o nome de USISAÚDE; na informática foi encontrada a USIMICRO e o principal Teatro da região estava inserido na iniciativa abarcada por um projeto denominado USICULTURA. Os marcos da cidade, deliberadamente foram construídos em aço, enquanto, paralelamente, a Cultura Usiminas era rigorosamente imposta no cotidiano operário e esse rigor só poderia ser comparado à tenacidade do aço que ganhava espaço na região.

Aparentemente as iniciativas extrapolam a uma simples exposição da importância do aço no contexto regional. No exato local onde aconteceu o massacre de Ipatinga a Usiminas mandou construir um monumento em aço, que pouco diz e nada explica. Na época, a empresa tinha quatro portarias por onde adentravam todos os funcionários. A do bairro Bom Retiro, para os funcionários de cargos médios, a do bairro Cariru por onde entravam os altos funcionários, e as portarias de Ipatinga e do Escritório Central, por onde entravam a grande massa de trabalhadores, em sua maioria

com cargos de menor importância na hierarquia da empresa. Para grande parte da população da cidade esse local tem um significado especial. Embora nem todos tenham participado dos acontecimentos anteriores, o conhecimento do ocorrido abre uma fresta à perpetuação da memória.



Monumento Tomie Ohtake, inaugurado em abril de 2004

Foto – Paulo Roberto – dezembro 2010

Em entrevista concedida a Rita Farias, a artista plástica Tomie Ohtake, autora do projeto, afirma que os dois “CÊS” contrários feitos em vinte toneladas de aço *se interagem e se complementam, unindo a dureza do aço à leveza da arte, simbolizando a parceria entre empresa e município*²⁹ entretanto, nas falas dos representantes da empresa e dos políticos do município, essas intenções não são claras. Como o local previamente escolhido para se colocar o monumento foi o mesmo onde aconteceu o massacre de Ipatinga, a impressão que se tem é que a Usiminas busca, de alguma forma, uma solução para eliminar de vez a lembrança que os moradores têm do local, e que a cada sete de outubro se transforma em local de peregrinação e de perpetuação da memória. Colocando de lado as manifestações coletivas, é necessário focar nosso olhar também nas manifestações espontâneas de diversos sujeitos anônimos. Um pichador deixou sua marca no monumento e essa marca aparentemente destoa dos pressupostos elencados pela autora do projeto. Ao elaborar seu pensamento “ou desabafo”, demonstrados na

²⁹ FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho. Tese – Doutorado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2010. P. 200

fotografia abaixo, o autor também não explica nada, porém deixa claro seu inconformismo, que de alguma forma servirá para outras interpretações.



Monumento Tomie Ohtake, inaugurado em abril de 2004

Foto – Paulo Roberto – dezembro 2010

Em um dos “CÊS” do monumento o pichador escreveu: “*Não somos livres... O lugar em que estamos presos é que é grande*” Divagar sobre a questão de espaço físico no município de Ipatinga seria desperdiçar tempo com uma reflexão que o próprio espaço geográfico sepulta, pois Ipatinga está assentada em uma área de apenas 155km², considerada pequena para uma cidade com aproximadamente trezentos mil habitantes.

Mas o que seria ser livre na concepção do artista anônimo? Talvez um conceito aparentemente tolhido por um sentimento de grandeza presente em sua visão ou quem sabe a percepção de um Estado caracterizado pelo gigantismo no que diz respeito às limitações que impõe ao cidadão; ou até mesmo a pequenez do ser humano diante de uma legislação que em boa parte dos casos perpetua a desigualdade? Resta ainda ver a liberdade do ponto de vista das práticas trabalhistas presentes na região por influência da “Cultura Usiminas”: de que adianta ser livre e ter a possibilidade de *ir e vir*, se do ponto de vista da liberdade intelectual cada trabalhador está aprisionado no indefectível modelo disciplinar tão alardeado pela administração empresarial como o diferencial da empresa diante das demais? Como se pode perceber, a liberdade é algo que não se explica, mas ninguém consegue viver sem ela e na visão do artista anônimo, a liberdade pode ser utópica, se considerados os padrões propostos por ele.

O que se pode perceber diante dessas reflexões é que, a luta de classes aos poucos se manifesta por todos os cantos da cidade, alastrando silenciosamente pelas frestas dos blocos sociais sem optar por uma maneira definida de se manifestar. Ela não se perpetua apenas nos embates travados entre patrões e empregados, mas de forma sutil, oferece novas perspectivas de contemplar o social, produzindo interrogações no lugar das exclamações e dos pontos finais impostos pelo sistema.

Se de um lado a “Cultura Usiminas” dava o tom hegemônico a ser trilhado pelos operários, de outro essa relação era suavizada por diversas iniciativas lúdicas, artísticas ou esportivas, o que levava crer, que embora uma aparente tranquilidade reinasse sobre o município, não era difícil entender o que estava submerso a essa calmaria, mesmo com uma população operária supostamente submissa ao sistema.

Foram anos difíceis, nos quais o menor esboço de comentários sobre fatos indesejáveis tais como Sindicato, massacre, ditadura, enfim, temáticas consideradas polêmicas e dissociadas das perspectivas propostas pelos novos tempos, acabavam se transformando em passaporte definitivo rumo à parte externa da empresa. Ambientes silenciosos e sombrios, olhares de soslaio e palavras mal faladas entre os dentes, denotavam a existência de indícios de uma resistência incipiente.

Uma vez em curso, pressupõe que essa insubordinação surge do silêncio, provável precursor de uma forma de isolamento quando a análise recai sobre o indivíduo em relação ao grupo. É igualmente provável que o dissenso, recurso utilizado com a finalidade de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores, tenha se transformado na mola motora de um lento, porém profícuo processo histórico em direção ao consenso, forjado no calor dos acontecimentos e na frieza do silêncio imposto. Na década de 1980 a calmaria cederia lugar aos acontecimentos que definiriam como a luta de classes se tornaria visível, mesmo com todo o aparato de vigilância e o autoritarismo da Usiminas.

Diante dessas exposições, foi necessário um grande esforço no sentido de compreender como esses sujeitos se organizam; como se posicionam diante de um aparato hegemônico que castra, domina, exclui e tem a desigualdade como instrumento de controle de uma massa de trabalhadores.

Promover a recuperação desses momentos e da dinâmica social em curso implicou requerer dos agentes envolvidos a participação de forma a clarificar as relações de momentos específicos, e como eles interpretam essas atuações ocorridas em picos de apreensão. Perscrutando um pouco mais o passado, percebe-se que ao longo do tempo, mais especificamente no período em que a moeda foi reintroduzida na sociedade e a produção industrial delimitou as novas relações entre os produtores e donos dos meios de produção, os verdadeiros produtores de riquezas não ganharam visibilidade em suas ações. Cabe, portanto, aos historiadores comprometidos com o social, a iniciativa de dar visibilidade aos embates decorrentes da luta de classes dos diversos tempos históricos, seja na modernidade ou em períodos posteriores, sejam esses agentes homens, mulheres ou crianças, todos estão envolvidos na luta que acompanha a história dos homens ao longo de sua existência.

Atento a essas questões recorri a um documentário produzido por Fábio Nascimento³⁰ que clarifica algumas problemáticas camufladas pelo sistema durante vários anos. O curta-metragem intitulado “Silêncio 63³¹” versa sobre o episódio gerador de grande parte das disputas e da luta de classes em Ipatinga e dá significado ao silêncio ao qual a população da cidade e, principalmente os trabalhadores da Usiminas, foram sistematicamente submetidos. A abordagem foca também na resistência da população em se pronunciar a respeito dos acontecimentos de 1963 e esse silêncio aparenta ter sido institucionalizado mediante os mecanismos coercitivos impostos pela empresa no decorrer do tempo.

Além de evidenciar as narrativas de quem sobreviveu ao massacre (poucos falaram) e algumas interpretações do momento abordado, a obra abre uma fresta para analisar o silêncio como o instrumento gestor da resistência e os fatos decorrentes desse longo e sofrido processo. Os desdobramentos culminaram em estratégias específicas

³⁰ Natural de Ipatinga – MG, Fábio Nascimento foi para Juiz de Fora em 2003 para estudar Comunicação Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, embora dois anos depois ele decidisse abandonar a potencial carreira de jornalista para recomeçar seus estudos em Paris, onde vive até hoje. Graduou-se em Cinema pela Université de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle e, na sequência, ingressou no mestrado de Cinema Documentário da Université de Paris 8 – Vincennes Saint-Denis, para o qual “Silêncio 63” foi o projeto final apresentado. Fábio Nascimento é filho do fotógrafo do massacre. Isabel Nascimento fotografou as rajadas das metralhadoras e logo em seguida foi igualmente metralhado como dezenas de outros trabalhadores. A câmara fotográfica foi recuperada e os filmes revelados, as fotografias do massacre foram publicadas sem que seu autor tivesse conhecimento de sua obra. .

³¹ Disponível em www.silencio63.com

cujo objetivo era provocar fissuras na hegemonia focando a disputa por espaços, sobretudo na direção do Sindicato, órgão considerado estratégico para a empresa, que aparentemente visava o controle dos trabalhadores mediante estratégias de cooptação comprovadamente verificadas desde a fundação do mesmo. Por outro lado, os trabalhadores também almejavam o controle de sua própria entidade, com objetivo claro de transformá-la em um órgão verdadeiramente representativo e reivindicativo.

Isto posto, optei por focar a pesquisa na análise da luta de classes que seria desencadeada no âmbito da disputa pelo poder sindical, sem a pretensão de creditar aos embates travados nesse espaço de produção social, a invenção desse tipo de lutas que já foi caracterizado por Marx como a história da humanidade. Essas questões estão inseridas em um longo processo de luta de classes demonstrando as necessidades dos trabalhadores e a resistência do poder instituído em permitir que esses sujeitos sejam vistos como agentes transformadores da realidade social. Essa será a tônica das análises doravante.

